

ATA N.º 3

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARROSELAS E CARVOEIRO REALIZADA A TRINTA DE DEZEMBRO DE 2017

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, nesta localidade de Carvoeiro, e no edifício sede da autarquia, sito no Largo de Santa Ana, Carvoeiro, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia. Estiveram presentes os seguintes membros: Sofia de Lurdes Rosas da Silva (que presidiu à reunião), Joel António Maciel Monteiro (1.º Secretário), Nuno Miguel Esteves Peixoto (2.º Secretário), Aníbal Félix Vieira de Queirós, António Crespo Sousa e Silva, Carlos Alberto Ribeiro da Silva, Jaime de Jesus Pinto Maciel, Márcia Andreia Gomes de Magalhães e Rui Manuel Costa Palma. Também se encontravam presentes os membros da Junta de Freguesia: Rui Miguel Barbosa de Sousa, Marçal Miranda Almeida e Natália Maria Gomes Ferreira.-----

A ordem de trabalhos da reunião era a seguinte (Anexo A): A) período de entrada antes da ordem do dia; B) Período da ordem do dia, subdividido nos seguintes subpontos - 1. análise e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia, 2. informação do Presidente da Junta, 3. análise e votação do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento 2018, 4. análise e votação de propostas da Junta de Freguesia; C) período de intervenção do público presente.-----

No âmbito do 1.º ponto da ordem de trabalhos, - alínea A) - período de entrada antes da ordem do dia), inscreveram-se os Srs. Carlos Silva, Rui Palma, António Crespo, Márcia Magalhães e Jaime Maciel.-----

O Sr. Rui Palma e a Sra. Márcia Magalhães cederam o seu tempo ao Sr. Carlos Silva. O Sr. Carlos Silva lembrou as comemorações do dia da Vila de Barroselas celebradas no dia 18 de dezembro e referiu que este momento, dada a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal, devia ter sido aproveitado para defender mais a nossa terra. Na sua opinião, Barroselas e Carvoeiro pararam no tempo e devem recuperar a importância que têm no Vale do Neiva. Devia ter sido o momento para pedir a zona industrial de Barroselas ou as empresas vão começar a fechar portas. Referiu que a Junta de Freguesia não está a pensar no futuro das freguesias a 10 anos. Referiu também a necessidade de alterar o PDM em 2019, para dar a oportunidade de se construir habitações de tipologia tipo 2 aos que não têm tantas facilidades financeiras. Há locais em Barroselas que podem ser considerados para

este propósito e deu como exemplo a Avenida 18 de Dezembro. O Sr. Carlos Silva, a respeito, ofereceu-se para colaborar, para trabalhar com a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, e informou os presentes que, se só o convidarem como figurante, não contem com ele. Falou da necessidade da ecovia, de dar vida ao espaço da feira através da realização de eventos, e da importância do pavilhão multiusos, nem que seja um projeto para daqui a 8 ou 9 anos. Em relação à casa do povo, referiu que a Junta de Freguesia deve tornar público o projeto e deve ser ouvida muita gente em Barroelas. Referiu ainda da necessidade de o dono da casa do Dr. Garçon limpar o espaço, pois encontra-se vergonhoso. Considerou que esse edifício devia ser da Junta de Freguesia. Solicitou à Junta de Freguesia que as reuniões mensais não fossem realizadas à segunda-feira à noite e passassem para a sexta-feira à noite, pois gostaria de ver a sala mais cheia. Terminou dizendo que estará sempre disponível para ajudar e para trabalhar em prol de ambas as freguesias.-----

O Sr. António Crespo começou por se referir à diminuição da população de ambas as freguesias. Na sua opinião, a Junta de Freguesia tem de apoiar mais os jovens e as famílias para os atrair para Barroelas e Carvoeiro. Também referiu que é necessário fazer chegar a rede de água pública a todos os lugares das freguesias. Perguntou porque razão a inauguração da Capela Mortuária de Carvoeiro foi adiada. Em relação à capela referiu também que não gostava da arquitetura da capela, nem da estrutura interior de vidro. Pediu ao executivo que a altere. Se falecer mais do que uma pessoa, esta também não reúne condições.-----

O Sr. Jaime Maciel referiu que era agradável ver a sala composta. Para que tal se mantenha, na sua opinião, é importante que na Assembleia se discutam grandes temas. Facilmente se entra em pequenos temas que são, na sua opinião, para as reuniões mensais da Junta de Freguesia. Os temas avançados pelo Sr. Carlos Silva são grandes temas e fica contente em ver e em discutir esses temas na Assembleia. Não são temas novos, mas são assuntos que implicam milhões de euros. Nas comemorações dos 30 anos, noutros anos, esses temas já foram abordados e lembrados ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Quanto ao horário das Assembleias, já foi tema noutras sessões. As sessões já se realizaram ao domingo de manhã e as pessoas continuavam sem aparecer. Se as pessoas tiverem interesse, vêm.-----

Quanto às interpelações dos membros da Assembleia de Freguesia, o Sr. Presidente fez alguns comentários e prestou alguns esclarecimentos. Começou por discordar do Sr. Carlos Silva em relação às comemorações do dia da Vila de Barroelas. A respeito referiu que o dia das comemorações não era o momento oportuno para abordar os temas que referiu, até porque esses assuntos têm sido abordados em reuniões de trabalho e em encontros com o Sr. Presidente da Câmara.

S. J. S.

Considerou que a questão do parque industrial é interessante. Nesse sentido, a Junta de Freguesia levou o antigo processo da zona industrial, em Teixe, para a Câmara Municipal, que o vai analisar. O executivo considera que a zona industrial é um pólo de atratividade e está a trabalhar nele. Quanto ao PDM, saiu em Diário da República um alargamento do prazo para que as empresas possam licenciar a área em que construíram de forma ilegal, o que também é uma ajuda. Relativamente à ecovia, até 50 metros do rio tudo carece de autorização da Agência Portuguesa do Ambiente e dos Recursos Hídricos, que são duas entidades difíceis. Concorde que a feira deva ser aproveitada para a realização de eventos culturais tal como sugerido pelo Sr. Carlos Silva. Quanto à Casa do Povo, o Sr. Presidente revelou ter consigo o projeto e que no final da Assembleia estaria disponível para o mostrar ali a quem o quisesse ver, salvaguardando que o mesmo está em avaliação e sujeito a alterações, na Câmara Municipal. Quanto ao pavilhão multiusos, informou que o executivo teve reuniões com a Câmara Municipal e uma possibilidade é a sua inclusão no projeto da casa do povo. Relativamente à casa do Dr. Garçom, a Junta de Freguesia andou a "namorar" o edifício durante o anterior mandato. A Câmara Municipal ainda não o comprou, porque no estado em que está o edifício, acarreta muitos custos. Ainda na semana anterior à da realização da presente assembleia, o executivo esteve à conversa com quem de direito e os valores pedidos já são mais interessantes. Está a falar-se de 425.000 euros, mais um milhão para a requalificação, e há vontade de concretizar, mas os recursos financeiros são reduzidos. Quanto ao horário das reuniões, esta assembleia está a decorrer a um sábado à noite. A sala está melhor, mas podia estar mais composta atendendo à dimensão das freguesias.-----

Relativamente à questão da perda de habitantes levantada pelo Sr. António Crespo, o facto é que houve uma atualização de muitas moradas. O fator desse decréscimo não tem a ver com a falta de apoio da Junta de Freguesia que colabora com as Conferências Vicentinas, com as associações e com as empresas locais. A Junta de Freguesia tem tido total disponibilidade para servir de intermediário entre as empresas e a Câmara Municipal. Relativamente às questões do acesso à água, a Junta de Freguesia tem estado em contacto com os Serviços Municipalizados. O constrangimento da geografia é difícil de resolver e implica a construção de estações elevatórias, pelo que a obra é feita aos poucos. Quanto à inauguração da capela mortuária, a alteração da data deveu-se ao facto de o Sr. Presidente da Câmara ter pedido um adiamento, uma vez que na data inicialmente prevista se encontrava em Viana um Sr. Secretário de Estado. Quanto à câmara interior da capela mortuária, também referiu não apreciar, mas trata-se de uma exigência legal para as novas casas mortuárias.-----

Sti Sh

Em relação à intervenção do Sr. Jaime Maciel, declarou comungar da mesma opinião de que devem ser trazidos para as assembleias temas relevantes para o desenvolvimento das comunidades. Estudá-los, avaliá-los e lutar por eles.-----

No âmbito da alínea B) da ordem de trabalhos (período da ordem do dia) foi analisado e discutido, no subponto 1, o Regimento da Assembleia de Freguesia (Anexo 1). Foram colocadas, por alguns membros da Assembleia, questões relativas à gestão da distribuição do tempo nomeadamente no período antes da entrada na ordem do dia e no período da ordem do dia. Relativamente ao tempo disponível para assuntos antes da entrada na ordem do dia, foram os presentes informados que a Lei 75/2013 de 12 de setembro (art.º 52.º) limita esse tempo a 60 minutos, que deverão ser distribuídos pelos membros da Assembleia e pelo Presidente da Junta (em resposta às solicitações dos membros da Assembleia). Assim, ficou acordado entre todos os presentes na reunião, que neste ponto da ordem de trabalhos (assuntos antes da entrada da ordem do dia), e dadas as limitações impostas pela lei, cada membro da Assembleia que se inscrever para intervir dispõe de 5 minutos de intervenção, podendo acrescentar-se o tempo de outro(s) membro(s) da Assembleia, se este(s) o dispensarem em favor desse membro. Quanto ao tempo disponibilizado a assuntos que constem do período da ordem do dia, depois de discutido entre os presentes, ficou o compromisso da mesa de que concederá 5 minutos a cada membro da Assembleia e, em assuntos que o exijam, desde que apresentados antecipadamente e justificados, poderá este tempo ser alargado até aos 10 minutos, por membro inscrito para intervir.-----

Após estes dois consensos, procedeu-se à votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o mandato 2017-2021, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

No âmbito do segundo ponto da alínea B da ordem de trabalhos (informação do Presidente da Junta), o Presidente prestou esclarecimentos à nota informativa distribuída no início da sessão (Anexo 2) e sobre a qual se inscreveu o Sr. Jaime Maciel.-----

O Sr. Jaime Maciel questionou o executivo sobre as obras da Avenida 18 de Dezembro e manifestou a opinião de que ainda bem que estão atrasadas, porque com as obras da REFER a via vai sofrer uma enorme carga de máquinas e de transporte de inertes. A Junta de Freguesia deverá, por isso, estar atenta a pavimentos destruídos e para o mau acabamento da obra. Felicitou o executivo pela contratação de mais empregados, embora o ideal fosse ter pessoal nos quadros. Referiu que o caminho florestal está uma vergonha e que espera que os baldios brevemente estejam operacionais. A intervenção deverá passar por uma pavimentação definitiva com drenagem e envolver a EDP.-----

A esta interpelação, o Sr. Presidente da Junta revelou que a Câmara Municipal está em negociações com um dos proprietários para resolver a situação da Avenida 18 de Dezembro e referiu que ficaria atento às obras da REFER. Quanto aos funcionários da Junta de Freguesia, referiu que este foi um dos grandes problemas que o executivo não conseguiu resolver no mandato anterior, porque não se podia aumentar à despesa com o quadro de pessoal, por causa da troika e do estrangulamento a que as autarquias foram sujeitas. Freguesias vizinhas tinham sete ou oito funcionários, porque já os tinham antes. Atualmente tem-se trabalhadores da Junta e de uma empresa de trabalho temporário. Quanto à estrada florestal, a EDP entubou e fez a pavimentação com cimento, mas os madeireiros partiram tudo.-

No âmbito do terceiro ponto da alínea B) da ordem de trabalhos (análise e votação do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento 2018) (Anexo 3), o Sr. Presidente apresentou as principais linhas de atuação previstas para o ano de 2018. De seguida, inscreveram-se, neste ponto, para solicitar esclarecimentos, os Srs. Carlos Silva, Rui Palma, Márcia Magalhães, António Crespo e Aníbal Queirós.-----

No uso da palavra, o Sr. Carlos Silva solicitou os seguintes esclarecimentos: 1) uma explicação sobre a requalificação da zona dos bombeiros; 2) uma explicação sobre a que se destina concretamente o valor destinado à requalificação do cemitério; 3) um esclarecimento sobre que valores são os apontados para o projeto da Casa do Povo e para o projeto de acessibilidade ao parque industrial; esclarecimentos sobre o destino do valor plasmado para o largo da feira; esclarecimentos sobre os valores destinados aos edifícios públicos (que edifícios?); Referiu que seria importante avançar com a ecovia, que se deveria comprar terrenos e restaurar as azenhas. Reconheceu que a Junta de Freguesia está dependente do dinheiro da Câmara Municipal e por essa razão tem que se trazer privados para o investimento. A Câmara deve facilitar, por outro lado, a vida do privado e não demorar quatro ou cinco anos a resolver as coisas. Na sua opinião deve-se fazer a casa do povo sem ser a Câmara Municipal a financiar, pois podem ser privados a financiar esse projeto. Tem que se ser estratégica e usar o privado, senão fica-se parado no tempo.-----

O Sr. Rui Palma perguntou qual é o projeto previsto para o arranjo da estação e da Rua do Calvário, uma vez que se fala do arranjo urbanístico. Na sua opinião parece haver muitos jardins e depois não há gente para os limpar.-----

A Sra. Márcia Magalhães questionou o executivo sobre a verba de 10 000 euros destinada à recuperação de património nas Boticas. Também perguntou que infraestruturas desportivas vão ser intervencionadas.-----

O Sr. António Crespo referiu que o orçamento tem baixado e que o investimento em Carvoeiro lhe parece reduzido. Questionou sobre o que é a verba de 105 000 euros da capela mortuária, se é para pagar a obra. Também perguntou

Sufi 82

se a obra da Rua da Pedra Torta vai ser feita. Considerou o valor destinado ao polidesportivo reduzido e perguntou para que tipo de obra era a verba destinada à sede da Junta de Freguesia em Carvoeiro.-----

O Sr. Jaime Maciel referiu que o orçamento proposto é o de um 1.º ano de mandato e que temos que ser realistas. As obras não acontecem no 1.º ano de mandato em lado nenhum. Na sua opinião, o facto de estarmos dependentes da Câmara Municipal é porque a Junta de Freguesia é uma entidade pública. Uma Junta de Freguesia tem que seguir à risca as regras. A Junta de Freguesia tem que estar atenta ao PDM, que é feito por técnicos e tem erros conhecidos. Mas nem a Junta nem a Câmara podem violar o PDM. Por outro lado, não vê o privado a investir a troco de nada. -----

O Sr. Aníbal Queirós referiu que se trata de um orçamento cuidadoso e não arrojado. Felicitou a existência de projeto para a casa do povo e o facto de tê-lo trazido para quem o quiser ver. Na sua opinião, deve ser posto à consulta das associações interessadas. Também referiu que o local para questionar o executivo é nas reuniões, que sempre têm um espaço dedicado ao público. Relativamente ao Plano Plurianual, questionou relativamente à verba destinada às despesas com o pessoal, quanto desse valor é destinado ao executivo. Finalizou a sua intervenção discordando da opinião do Sr. Rui Palma relativamente aos espaços verdes, que na sua opinião devem ser preservados.-----

Em resposta aos pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Junta informou que o valor previsto para a sede dos bombeiros se destina a requalificar o espaço para poder receber as associações que estão no espaço da casa do povo e à sua volta. Quanto à verba para o cemitério, destina-se a terminar o projeto, uma vez que ainda faltam os ossários. Quanto ao valor apontado na rubrica da casa do povo, não se trata do valor total da obra. Trata-se da abertura de rubrica, valor que pode ser atualizado todos os anos. Se a rubrica não estiver aberta, nunca se poderá iniciar o processo. Quanto à verba para os edifícios públicos, refere-se a todos os edifícios públicos. A verba está aberta para a necessidade de uma eventual intervenção. Quanto ao parque industrial, abriu-se a rubrica para se começar a trabalhar no projeto. Além destas informações o Sr. Presidente da Junta informou que o mandato anterior foi um mandato de consciência, que nunca se avançou com nenhuma obra, sem garantia de dinheiro. Foi o caso do Largo da Feira, que está quase paga. Quanto à capela mortuária, o valor é o da obra da capela, mas cuja verba se encontra protocolada com a Câmara Municipal. Quanto à questão do PDM, comunga da mesma opinião do Sr. Jaime Maciel de que não pode ser violado. Relativamente ao arranjo da Rua da Estação, este refere-se ao alargamento atrás do Centro Comercial até à casa do guarda. A Junta de Freguesia encontra-se em negociação com a Câmara

Sofia

Municipal e a REFER. A Rua do Calvário tem previstos alguns jardins, mas tem-se optado pela colocação de inertes, para baixar os custos de manutenção. A verba associada às Boticas destina-se à zona da ponte Romana, estando um projeto em curso, pelo Dr. Brochado de Almeida. A verba das Infraestruturas Desportivas diz respeito ao muro da ADB. Em relação à Rua da Pedra Torta, o empreiteiro garantiu que as obras iniciariam na segunda semana de janeiro. Relativamente à verba para a sede da Junta de Freguesia, foram pedidos orçamentos para mudar o ripado, a estrutura do telhado e outras necessidades. No que diz respeito à sugestão de ouvir as associações em relação ao projeto da casa do povo, referiu que iria analisar. Para finalizar, informou, quanto aos vencimentos dos elementos do executivo que, de acordo com a lei, o Presidente da Junta recebe 274,77 euros e os restantes membros do executivo recebem 219,82 euros.-----

Após a análise e a discussão, o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2018 foi submetido à votação, tendo sido aprovado por maioria, com 5 votos a favor e 4 abstenções. Votaram a favor: Sofia de Lurdes Rosas da Silva, Joel António Maciel Monteiro, Nuno Miguel Esteves Peixoto, Aníbal Félix Vieira de Queirós, Jaime de Jesus Pinto Maciel; Votaram abstenção: António Crespo Sousa e Silva, Carlos Alberto Ribeiro da Silva, Márcia Andreia Gomes de Magalhães e Rui Manuel Costa Palma.-----

No âmbito do quarto ponto da ordem de trabalhos da alínea B) (análise e votação de propostas da Junta de Freguesia), foi analisada a proposta de pedido de autorização para a Junta de Freguesia celebrar protocolos e contratos de delegação de competências e de acordos de execução com a Câmara Municipal (Anexo 4). Depois de prestados os devidos esclarecimentos, a proposta foi submetida à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 5 votos a favor e 4 abstenções. Votaram a favor: Sofia de Lurdes Rosas da Silva, Joel António Maciel Monteiro, Nuno Miguel Esteves Peixoto, Aníbal Félix Vieira de Queirós, Jaime de Jesus Pinto Maciel; Votaram abstenção: António Crespo Sousa e Silva, Carlos Alberto Ribeiro da Silva, Márcia Andreia Gomes de Magalhães e Rui Manuel Costa Palma.-----

Ainda no âmbito do quarto ponto da ordem de trabalhos da alínea B) (análise e votação de propostas da Junta de Freguesia), foi analisada a proposta de pedido de autorização para celebração de protocolo de comodato com a Segurança Social para a cedência de espaço (Anexo 5). Depois de prestados os devidos esclarecimentos, foi submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.---

No âmbito da alínea C) da ordem de trabalhos (Intervenção do Público), inscreveram-se os Srs. Rogério Rodrigues, Manuel Ferros, Rui Costa, Casimiro Araújo e Paula Veiga.-----

S. J. J.

No uso da palavra, o Sr. Rogério Rodrigues referiu que depois da campanha é tempo de se trabalhar em prol das freguesias. Referiu que o parque empresarial já é assunto há vinte anos, mas na altura as empresas disseram que era caro. Questionou se as empresas de Barroelas querem um parque empresarial. Referiu não ser contra, mas alertou que as grandes superfícies vão criar dificuldades. Assinalou que o Largo da Feira foram tantos anos a tentar e está feita. Em relação à Avenida 18 de Dezembro reparou que tem um espaço por fazer e questionou se há algum entrave.-

O Sr. Manuel Ferros começou a sua intervenção desejando a todos um bom ano de 2018. Manifestou a sua discordância relativamente ao tempo que cada pessoa tem para intervir, referindo que cinco minutos é pouco tempo. Referiu que em relação ao boletim informativo, não gostou do que se passou. Solicitou a fatura do valor do boletim informativo à Junta de Freguesia, na qualidade de membro da Assembleia anterior. A fatura indicava valores de 3.603 euros para os boletins e distribuição de 350 euros, o que deu no total de 3.953 euros. Gastaram-se numa revista cerca de 4.000 euros, quando o Sr. Presidente da Junta tinha dito numa reunião que não havia dinheiro para funcionários. O Sr. Manuel Ferros referiu ainda que dois mil exemplares dariam para todas as casas, mas a poucas casas chegou, esperando que não estejam na arrecadação junto aos livros de um autor aqui promovido. Por outro lado, indicou que as fotos não correspondem à realidade e por essa razão se revoltou, porque tinha na última página do referido boletim fotos de quatro sedes de associações. E essas associações não foram obra da Junta de Freguesia. Declarou ainda que se vinha aqui defender, porque por faltar a duas reuniões da Assembleia de Freguesia foi criticado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, quando apresentou justificação de falta. Não há nada na lei que o obrigasse a solicitar um substituto. Terminou a sua intervenção perguntando se a Junta de Freguesia chamou os técnicos para avaliar a Rua da Pedreira.-----

O Sr. Rui Costa perguntou ao executivo quando se realizará uma reunião mensal da Junta de Freguesia em Carvoeiro.-----

O Sr. Casimiro Araújo usou da palavra para desejar a todos um bom ano novo.-----

A Sra. Paula Veiga apresentou-se aos presentes como elemento do executivo da Câmara Municipal, pelo partido da oposição. Manifestou a sua disponibilidade e abertura às solicitações da Junta de Freguesia, referindo que estamos todos a trabalhar para o bem comum.-----

O Sr. Presidente da Junta informou, no que diz respeito à Avenida 18 de Dezembro e à Rua do Pelourinho, que foi a Junta de Freguesia que fez as diligências junto de todos os proprietários para que a obra avançasse. No entanto, não chegaram a acordo com um deles. Como a Junta de Freguesia não tem fundo de manei

os valores pedidos, a Câmara Municipal encontra-se a negociar com esse proprietário. Relativamente à intervenção do Sr. Manuel Ferros, o Sr. Presidente da Junta referiu já estar à espera da sua intervenção. Informou que foi apresentada uma queixa à CNE sobre o boletim, talvez pela oposição, de que estaria a fazer campanha eleitoral, mas após averiguações por parte desse órgão se concluiu que não foi cometida nenhuma ilegalidade. A CNE recomendou que se fizesse um por ano. O Sr. Presidente da Junta indicou que as insinuações que o Sr. Manuel Ferros lhe estava a fazer eram muito graves. Referiu que as contas da Junta de Freguesia estão todas plasmadas e que nunca usou verbas da Junta de Freguesia em proveito próprio. Afirmou que era uma pessoa séria e que para si na política não vale tudo. Quanto ao dinheiro para contratar funcionários, o que sempre foi dito nas reuniões é que a troika não permitia que se aumentasse ao quadro e à despesa. Quanto à sede da Banda, a intervenção realizada foi a de toda a área exterior. Foi a Junta de Freguesia que pagou. As pessoas sabem que o edifício é da Banda, mas foi a Junta de Freguesia que fez a intervenção no exterior. Houve uma intervenção no interior e foi pedido apoio à Junta para o exterior. Quanto à substituição do Sr. Manuel Ferros nas reuniões da Assembleia, o Presidente da Junta esclareceu que nunca lhe disse que tinha que ser substituído, mas que poderia ser substituído, dado que na última reunião da Assembleia se manifestou tão preocupado com o trabalho do executivo. Em relação à Rua da Pedreira, a Junta de Freguesia já chamou os técnicos ao local. Quanto à proposta do Sr. Rui Costa, de que as reuniões mensais sejam também em Carvoeiro, referiu que iria equacionar a sua sugestão. Finalizou a sua intervenção, agradecendo a disponibilidade da Sra. Paula Veiga.-----

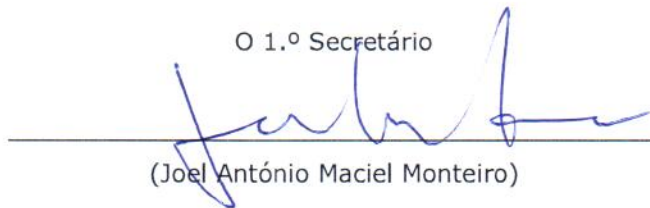
Nada mais havendo a tratar, eram vinte e três horas e cinquenta minutos, quando a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei.-----

A Presidente da Assembleia de Freguesia



(Sofia de Lurdes Rosas da Silva)

O 1.º Secretário



(Joel António Maciel Monteiro)

O 2.º Secretário

(Nuno Miguel Esteves Peixoto)

S. F. J.

J. J.